

3º PAINEL

Reforma fiscal reúne consenso

GOVERNADORES SÃO UNÂIMES QUANTO À NECESSIDADE. MAS ALERTAM PARA AS DIFICULDADES.

Joelmir Betting — A pergunta que eu faço aos três governadores é: como fazer o ajuste fiscal sem mexer nas transferências de recursos da União para os estados e municípios, e sem aumentar a carga fiscal para pessoas e empresas?

Joaquim Francisco — Na questão das transferências federais, é evidente que nós vamos ter impactos muito grandes, dificuldades políticas tremendas, e aí cresce em importância a adesão dos governadores. Não à proposta que for apresentada, mas a uma disciplina de discussão permanente junto ao Congresso, levando a nossa experiência, as nossas discordâncias e críticas, para que possamos obter um texto que atenda às exigências do País, sem sacrificar estado e município.

Recentemente nós tomamos iniciativas, como o governador Fleury também tomou, em relação à redução do ICMS para alguns produtos. A sonegação em alguns produtos é tão alta que quando se reduz a alíquota de 17% para 10% nós observamos que o nível de reingresso na economia dá resultados. Ao invés de nós perdemos os 10% que reduzimos, nós passamos a ganhar em termos reais com o aumento da arrecadação, como está ocorrendo em alguns estados.

Então eu creio que essa é uma questão extremamente complexa. E note-se: nós temos eleições em 3 de outubro e tem 120 deputados federais candidatos a prefeito. Nós daríamos uma demonstração de espírito público aprovando o ajuste fiscal às vésperas de uma eleição.

Ciro Gomes — A Constituição de 88 esvaziou completamente a União à luz do municipalismo, da Federação, porque era o contraponto da supercentralização que a ditadura impôs. Esvaziou o financiamento da União e não repartiu na mesma proporção os encargos. Com esta matriz é impossível, porque tudo o que falta à União para encarar os encargos que ela tem, ela financia em cima de nós, através da inflação.

Nós não podemos entrar nesse vício neoliberal de diminuir as receitas públicas, elas têm que aumentar. Evidentemente, não se pode sobrecarregar aqueles poucos sobre os quais elas pesam, hoje, por defeito. Eu prevejo grandes tormentas nessa reforma. Ela não passa, porque não está estabelecida a correlação de forças na sociedade brasileira que permita que o Congresso inverta a sua lógica. E transar no Congresso essa coisa é um erro grave.

Joelmir Betting — Na Argen-

►tina, o Congresso enrolou a reforma dos portos e acabou saindo um decreto-lei. Não há risco de uma medida provisória fazer o ajuste fiscal no Brasil?

Ciro Gomes — Eu, se fosse o presidente, fazia. Naquilo que não fosse inconstitucional eu criava o caso, não queria nem saber. Essa coisa de ficar dependendo de lobby não pode. Pagar 200%, 300% de taxa portuária porque em Santos ou não sei onde alguém tem base eleitoral, isso não se justifica.

Fleury — Eu entendo que a questão do ajuste fiscal passa necessariamente pela definição exata das responsabilidades de cada esfera de poder em cada um dos setores de atuação do Estado. Hoje, por exemplo, se constroem os Ciacs. Não é função do governo federal: é educação básica, e isso é obrigação dos estados. Então aí há uma indefinição a respeito de quem é o responsável. E essa definição das responsabilidades de cada uma das esferas de poder nos vários setores de atuação do Estado, é fundamental. Porque isso vai levar a uma análise do que é necessário para manter o Estado.

E o segundo aspecto é que há hoje um verdadeiro passeio fiscal pelo País. O dinheiro é arrecadado no município, vai até Brasília e volta meses depois para o mesmo município para ser empregado. Então, já não vem aquilo que se arrecada. Há vários empresários dispostos a assumir a responsabilidade pelas escolas, pagando ou tendo uma parte do salário-educação voltado para isso — e o restante é recolhido e fica nesse turismo fiscal, turismo do dinheiro que é arrecadado.

O mesmo se pode falar das máquinas arrecadadoras. O governo federal tem a dele, o governo estadual tem a sua, o governo municipal também. Nós não precisamos ter três máquinas de arrecadação, isso pode ser simplificado. E eu vejo a possibilidade real de simplificar a carga tributária, reduzir. Por exemplo, o investimento no Brasil é tributado. Investimento em outros países não é tributado, porque vai gerar tributos.

De qualquer maneira eu sou plenamente favorável a que se faça o ajuste fiscal. O quanto antes nós procurarmos os pontos de convergência, buscarmos envolver na discussão a sociedade, aí teremos alguma chance de aprovação. Senão, eu pessoalmente acho que em 30 dias o Congresso não aprova o ajuste, e aí nós temos recesso e acabou o ano legislativo. Se não for urgentemente tomada essa providência, não vamos aprovar nenhum ajuste fiscal neste ano.



O último painel: governadores debatem reforma fiscal e contas públicas.

Clóvis Ferreira/AE